

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2020
com Relatório do Auditor
Independente

Banco Randon S.A.

CNPJ 11.476.673/0001-39

NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 12 de agosto de 2020.

1º Semestre de 2020

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon, disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades BNDES Finame, CDC, *floor plan* e vendor, empréstimos nas modalidades de capital de giro, crédito consignado e crédito pessoal, além de desconto de recebíveis. Também são ofertados serviços financeiros, tais como cessão de direitos creditórios e investimentos. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon.

O ano de 2020 iniciou com boas perspectivas para o Banco Randon. Em seu planejamento, as premissas eram de volumes de mercado levemente superiores aos de 2019, e os resultados dos primeiros meses do ano mostraram que essas projeções estavam em linha com o esperado. O que ninguém poderia prever é que uma pandemia sem precedentes mudaria completa e rapidamente o cenário na segunda quinzena do mês de março. Embora sob os aspectos econômico e financeiro, o impacto da COVID19 tenha sido pouco relevante no 1º semestre de 2020, a vida e a rotina das pessoas e das empresas mudaram radicalmente, sob todos os aspectos. O comitê corporativo de contingência, formado pela alta gestão, foi ágil na tomada de ações fundamentais para preservação da saúde de funcionários e de suas famílias, reforçando protocolos de higiene e estimulando o trabalho remoto, para buscar maior distanciamento social. Apesar das dificuldades, os períodos de adversidade também trazem grandes aprendizados e são motivadores para rapidamente nos reinventarmos. Assim, estão sendo aceleradas importantes mudanças, como a transformação digital, os ganhos de eficiência e sinergia nos processos e buscando o crescimento de novas frentes de negócios. O Banco Randon, em linha com sua Controladora, segue com o compromisso de mitigar ao máximo os efeitos desta crise e de garantir que a preservação da saúde e a retomada das atividades possam andar juntas. Dessa forma, contribui para atenuar os efeitos da pandemia na sociedade, ao mesmo tempo em que fortalece seu propósito de conectar pessoas e riquezas, gerando prosperidade.

Carteira de Crédito: Rating, Provisionamento e Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo

A carteira de ativos de longo prazo do Banco apresentou crescimento relevante no primeiro semestre de 2020. O repasse de valores recebidos através do BNDES FINAME tiveram variação superior a 15%, conforme carteira passiva na tabela a seguir:

Valores em milhares de reais	Circulante		Exigível a longo prazo		Total Carteira	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
FINAME	72.390	67.699	174.538	155.125	246.928	222.824
BNDES	3.633	-	6.742	-	10.375	-
Total	76.023	67.699	181.280	155.125	257.303	222.824

Tabela 1 - Obrigações por Empréstimos e Repasses no País - BNDES FINAME

A provisão de créditos para liquidação duvidosa corresponde a 1,2% da carteira ativa no 1º semestre de 2020 (1,6% em 31/12/2019). Essa redução reflete a adequada análise de crédito e do perfil de risco dos clientes, somada ao êxito obtido na cobrança ativa dos inadimplentes. Em termos absolutos, o provisionamento apresenta redução, mesmo com o significativo crescimento da carteira de crédito de 14% em comparação com a observada em 31/12/2019.

Valores em milhares de reais		Carteira de Crédito		Carteira de Crédito	
		30/06/2020		31/12/2019	
Nível de risco	% provisão	Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	0,00%	1	-	512	-
A	0,50%	267.867	1.339	345.849	1.729
B	1,00%	321.626	3.217	177.684	1.777
C	3,00%	23.186	696	9.281	278
D	10,00%	2.189	219	675	68
E	30,00%	1.138	341	3.376	1.013
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	3	2
H	100,00%	1.372	1.372	3.761	3.761
Total		617.379	7.184	541.141	8.628

Tabela 2 - Composição da Carteira de Crédito por Nível de Risco

Tomando por base a tabela acima, destacamos as principais variações observadas no nível de risco da carteira:

- **Rating "B"**: atrasos de 15 a 30 dias, representando provisão adicional de R\$1.440 mil em relação a 31/12/2019.
- **Rating "E"**: atrasos de 91 a 120 dias, apresentando reversão de provisão de R\$672 mil em relação a 31/12/2019.
- **Rating "H"**: atrasos acima de 180 dias, apresentando reversão de provisão de R\$2.389 mil em relação a 31/12/2019.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de *rating*, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco seja comunicado da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de *rating* ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

Ao fim do 1º semestre de 2020, o Banco conta com R\$4.568 mil em carteira de créditos baixados para prejuízo (R\$2.847 mil em 31/12/2019). Não houve retomadas de garantias reais no 1º semestre de 2020 atrelados a recuperação de créditos baixados para prejuízo (R\$1.614 mil no 1º semestre de 2019).

Funding, Captação e Aplicação de Recursos

O *funding* para suportar as operações de crédito do Banco é captado no mercado e através da Controladora, além do repasses de recursos do BNDES. Os ativos financeiros negociados são Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI), Certificados de Depósito Bancário (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e Letra Financeira (LF).

O prazo médio das captações é de três anos, remunerados a taxas de até 120% do CDI para operações a taxas flutuantes e de até 6,8% ao ano a taxas pré-fixadas. Ao final do 1º semestre de 2020, o Banco contava com 36 clientes passivos (25 clientes ao final de 2019).

Nas operações realizadas no mercado interbancário para aplicações de liquidez imediata, o Banco considera limitadores em relação ao Patrimônio de Referência, e realiza negócios com instituições financeiras cuja classificação de *rating* mínimo seja AA+ ou equivalente.

Para controle do nível de liquidez, o Banco adota em seus procedimentos a manutenção de caixa mínimo, que deverá atender a despesas e obrigações projetadas conforme base de dados histórica.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no 1º semestre de 2020, bem como no exercício de 2019.

Principais indicadores do período

- Receita da Intermediação Financeira no 1º semestre de 2020 de R\$26,9 milhões, 0,6% menor do que no 1º semestre de 2019;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$435 mil, contra reversão de R\$929 mil no 1º semestre de 2019;
- EBITDA de R\$6,2 milhões, 24% menor se comparado com o 1º semestre de 2019;
- R\$4,4 milhões de lucro líquido em 2020, contra R\$4,9 milhões no 1º semestre de 2019.

Negócios sociais

O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), que foi fundado em 2003, é uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público, que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: a) Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social com menos oportunidades sociais e econômicas, para o exercício da cidadania; b) Programa Florescer – Iniciação Profissional, que prepara jovens de 15 a 16 anos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, e c) Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Jaime Marchet - Diretor Administrativo

Augusto Giongo Letti – Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		430.059	387.923
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.539	9.590
Instrumentos financeiros		406.519	366.150
Títulos e valores mobiliários	6	11.474	11.276
Operações de crédito	7.a	395.045	353.762
Outros créditos	7.a	-	1.112
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(4.376)	(5.314)
Operações de crédito		(4.376)	(5.309)
Outros créditos		-	(5)
Créditos tributários	17.b	1.909	526
Outros ativos	8	17.468	16.971
Créditos diversos		550	57
Outros valores e bens		16.918	16.914
Bens não de uso próprio		17.126	17.126
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(253)	(253)
Despesas antecipadas		45	41
Não circulante		223.726	187.078
Realizável a longo prazo		223.372	186.775
Instrumentos financeiros	7.a	222.334	186.267
Operações de crédito		222.334	186.267
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(2.808)	(3.314)
Operações de crédito		(2.808)	(3.314)
Créditos tributários	17.b	3.719	3.720
Outros ativos	8	127	102
Créditos diversos		127	102
Permanente	9	354	303
Imobilizado de uso		514	514
Intangível		540	453
Depreciações e amortizações acumuladas		(700)	(664)
Imobilizado de uso		(380)	(361)
Intangível		(320)	(303)
Total do ativo		653.785	575.001

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		150.125	180.586
Depósitos e demais instrumentos financeiros		145.417	172.050
Depósitos	10	68.367	102.773
Depósitos interfinanceiros		60.441	85.646
Depósitos a prazo		7.926	17.127
Obrigações por empréstimos e repasses	11	76.023	67.699
Dívida subordinada	12	1.027	1.578
Provisões	13	-	3
Riscos cíveis e trabalhistas		-	3
Obrigações fiscais diferidas		19	14
Outros passivos	14	4.689	8.519
Fornecedores		215	171
Salários e encargos		825	721
Cobrança de arrecadação de tributos e assemelhados		-	536
Fiscais e previdenciárias		3.147	4.734
Sociais e estatutárias		338	2.308
Outras obrigações diversas		164	49
Exigível a longo prazo		353.618	309.471
Depósitos e demais instrumentos financeiros		352.790	309.047
Depósitos	10	111.510	93.922
Depósitos a prazo		111.510	93.922
Obrigações por empréstimos e repasses	11	181.280	155.125
Dívida subordinada	12	60.000	60.000
Provisões	13	528	424
Riscos cíveis e trabalhistas		528	424
Outros passivos	14	300	-
Outras obrigações diversas		300	-
Resultado de exercícios futuros	15	2.017	1.306
Resultado de exercícios futuros		2.017	1.306
Patrimônio líquido		148.025	83.638
Capital social			
De domiciliados no país	16.a	135.000	75.000
Reservas de lucros		8.842	8.623
Legal	16.c	2.166	1.947
Estatutária	16.d	6.676	6.676
Ajustes de avaliação patrimonial		14	15
Lucros acumulados		4.169	-
Total do passivo e patrimônio líquido		653.785	575.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		26.886	27.040
Operações de crédito		25.710	25.671
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.176	1.369
Despesas da intermediação financeira		(13.857)	(12.756)
Operações de captação no mercado		(4.894)	(6.638)
Operações de empréstimos e repasses		(8.528)	(7.047)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(435)	929
Resultado bruto da intermediação financeira		13.029	14.284
Outras receitas/despesas operacionais		(6.885)	(6.218)
Receitas de prestação de serviços		78	67
Rendas de tarifas bancárias		987	771
Despesas de pessoal		(3.583)	(3.401)
Outras despesas administrativas	18	(3.281)	(2.840)
Despesas tributárias		(773)	(582)
Outras receitas operacionais		93	2
Outras despesas operacionais		(406)	(235)
Resultado operacional		6.144	8.066
Resultado não operacional		(42)	(46)
Receitas não operacionais		78	67
Despesas não operacionais		(120)	(113)
Resultado antes dos tributos e participações		6.102	8.020
Tributos e participações sobre o lucro	17.a	(1.714)	(3.155)
Provisão para imposto de renda		(1.579)	(1.826)
Provisão para contribuição social		(1.518)	(1.130)
Ativo fiscal diferido		1.383	(199)
Lucro líquido do semestre		4.388	4.865
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		137.899	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,032	0,061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido no semestre	4.388	4.865
Outros resultados abrangentes		
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	(1)	-
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	(1)	-
Total do resultado abrangente do semestre	4.387	4.865

Não houve movimentação em outros resultados abrangentes para o semestre findo em 30 de junho de 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	75.000	1.544	2.674	25	-	79.243
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.865	4.865
Dividendos AGOE 30/04/2019	-	-	(1.732)	-	-	(1.732)
Destinação:						
Reserva legal	-	243	-	-	(243)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	75.000	1.787	942	25	4.622	82.376
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638
Integralização de capital (Nota 16)	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.388	4.388
Destinação:						
Reserva legal	-	219	-	-	(219)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 30 de junho de 2020	135.000	2.166	6.676	14	4.169	148.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	4.388	4.865
Ajustes ao resultado:		
Constituição (reversão) de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	440	(929)
(Reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5)	(7)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	101	233
Constituição de provisão para outros pagamentos	300	-
Depreciações e amortizações	36	22
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	1.714	3.155
Juros sobre dívida subordinada	1.058	3.114
Atualização monetária de processos judiciais	(91)	-
Lucro líquido ajustado	7.941	10.453
Variações nos ativos e passivos	(60.477)	23.316
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(198)	(329)
(Aumento) em operações de crédito	(79.230)	(40.346)
Redução (aumento) em outros créditos	1.016	(24)
(Aumento) em outros valores e bens	(4)	(1.452)
(Redução) em depósitos interfinanceiros	(25.205)	-
Aumento em depósitos a prazo	8.386	45.581
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	34.479	19.709
(Redução) aumento em outras obrigações	(431)	394
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	711	(217)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1)	-
Impostos pagos sobre o lucro	(4.910)	(2.088)
Fluxo de caixa utilizado (aplicado) nas atividades operacionais	(57.446)	31.681
Aquisição de imobilizado de uso	-	(5)
Aquisição de intangível	(85)	(50)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	(85)	(55)
Dividendos pagos	(1.910)	(2.310)
Juros periódicos sobre dívida subordinada pagos	(1.610)	-
Integralização de capital	60.000	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	56.480	(2.310)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.051)	29.316
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	9.590	36.103
No fim do semestre	8.539	65.419
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.051)	29.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

O Banco está tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Banco não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração entende que as demonstrações financeiras semestrais do Banco Randon S.A. não apresentam impactos relevantes no semestre findo em 30 de junho de 2020. A administração do Banco Randon S.A. continua com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 refletem as alterações previstas na Circular 3.959/2019 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.720/2019 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 12 de agosto de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Bens não de uso próprio

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil ou pelo valor justo de mercado, o que for menor, sendo o montante registrado em "Bens não de uso próprio".

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida nas demonstrações do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

o) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

o) Ativos e passivos contingentes--Continuação

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

q) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Em 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020 a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

r) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

t) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução nr. 3.059 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 17.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	8.499	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.578
Disponibilidades	40	7.012
Total	8.539	9.590

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Até 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2020	Valor de custo	Marcação a mercado	31/12/2019
			Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	11.474	-	11.474	11.475	(1)	11.276

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	20.700	3,35	5.972	1,10
Direitos creditórios descontados	17.900	2,90	19.354	3,58
Financiamentos (b)	578.779	93,75	514.703	95,11
Total	617.379	100,00	540.029	99,79
Circulante	395.045	63,99	353.762	65,37
Realizável a longo prazo	222.334	36,01	186.267	34,42
Total	617.379	100,00	540.029	99,79
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	-	-	1.112	0,21
Total	-	-	1.112	0,21
Circulante	-	-	1.112	0,21
Total da carteira	617.379	100,00	541.141	100,00

7. Operações de crédito--Continuação

a) Composição da carteira por modalidade--Continuação

- (a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.
 (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Comproar (Floor Plan).
 (c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	530	0,09	9.103	1,68
A vencer:				
Até 90 dias	295.511	47,86	271.765	50,22
De 91 até 360 dias	99.004	16,04	74.006	13,68
Acima de 361 dias	222.334	36,01	186.267	34,42
Total a vencer	616.849	99,91	532.038	98,32
Total	617.379	100,00	541.141	100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Circulante	(4.376)	60,91	(5.309)	61,53
Realizável a longo prazo	(2.808)	39,09	(3.314)	38,41
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.184)	100,00	(8.623)	99,94
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa				
Circulante	-	-	(5)	0,06
Total provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(5)	0,06
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.184)	100,00	(8.628)	100,00
Total da carteira líquida	610.195		532.513	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	30.961	5,01	26.996	4,99
20 maiores devedores seguintes	173.036	28,03	154.302	28,51
Demais devedores	413.382	66,96	359.843	66,50
Total	617.379	100,00	541.141	100,00

7. Operações de crédito--Continuação

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	30/06/2020		31/12/2019	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	1	-	512	-
A	0,50%	267.867	1.339	345.849	1.729
B	1,00%	321.626	3.217	177.684	1.777
C	3,00%	23.186	696	9.281	278
D	10,00%	2.189	219	675	68
E	30,00%	1.138	341	3.376	1.013
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	3	2
H	100,00%	1.372	1.372	3.761	3.761
Total		617.379	7.184	541.141	8.628

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	8.628	9.492
Constituição de provisão	5.667	9.175
Reversão de provisão	(5.232)	(9.660)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(1.879)	(379)
Saldo final	7.184	8.628

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	475.327	76,99	392.259	72,49
Operações pós-fixadas	142.052	23,01	148.882	27,51
Total	617.379	100,00	541.141	100,00

7. Operações de crédito--Continuação

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	16.200	2,62	21.269	3,93
Comércio	251.624	40,76	211.891	39,16
Serviços	344.129	55,74	305.970	56,54
Pessoa jurídica	611.953	99,12	539.130	99,63
Pessoa física	5.426	0,88	2.011	0,37
Total	617.379	100,00	541.141	100,00

g) No semestre findo em 30 de junho de 2020 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50 (R\$2.739 em 30 de junho de 2019).

h) No semestre findo em 30 de junho de 2020 foram renegociadas operações no total de R\$217.185 (R\$2.723 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Do montante total renegociado no 1.º semestre de 2020, R\$ 190.471 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nr.11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função do COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.

i) Cessões de crédito

No primeiro semestre de 2019, o Banco Randon cedeu através de cessão de créditos, sem coobrigação, o montante de R\$1.752 a terceiros. A operação cedida gerou resultado de R\$200 durante o período, computados como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

No segundo semestre de 2019, o Banco Randon adquiriu através de cessão de direitos creditórios, R\$1.112 em duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, sem coobrigação (Nota 7.a). As operações adquiridas geraram resultado de R\$4 no período.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

	30/06/2020	31/12/2019
Outros créditos diversos	677	159
Adiantamentos diversos	127	57
Impostos e contribuições a compensar	423	-
Depósitos judiciais (Nota 13)	127	102
Outros valores e bens	16.918	16.914
Bens não de uso próprio (a)	16.873	16.873
Despesas antecipadas	45	41
Total	17.595	17.073
Circulante	17.468	16.971
Realizável a longo prazo	127	102

8. Outros ativos--Continuação

(a) Bens não de uso próprio

		30/06/2020		31/12/2019
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	17.126	(253)	16.873	16.873
Total	17.126	(253)	16.873	16.873

Os ativos circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

9. Imobilizado de uso e intangível

		30/06/2020		31/12/2019	
	Custo corrigido	Depreciação /amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais depreciação /amortização % (*)
Mobiliário	262	(211)	51	59	15,5%
Equipamentos de processamento de dados	206	(135)	71	81	35,7%
Equipamentos de comunicação e segurança	46	(34)	12	13	19,5% e 25,2%
Imobilizado de uso	514	(380)	134	153	
Sistemas de processamento de dados	363	(143)	220	149	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	1	
Intangível	540	(320)	220	150	49,3%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

10. Depósitos

Em 30 de junho de 2020, os depósitos a prazo e interfinanceiros foram remunerados com taxas de 99% a 120% (35% a 120% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) para depósitos a prazo e 111% a 130%, além de operação remunerada a 100% do DI mais spread fixo (108% a 110% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) para os interfinanceiros, do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Além disso, neste semestre, existem depósitos a prazo pré-fixados, remunerados a taxas de 6,5% a 6,8% ao ano. Nos depósitos a prazo existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate, enquanto os depósitos interfinanceiros possuem prazo fechado, sem resgate antecipado. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

10. Depósitos--Continuação

	30/06/2020				Total	Total
	Circulante Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	60.441	-	-	-	-	60.441
A prazo	7.926	20.252	4.217	87.041	111.510	119.436
Total	68.367	20.252	4.217	87.041	111.510	179.877

	31/12/2019				Total	Total
	Circulante Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	85.646	-	-	-	-	85.646
A prazo	17.127	49.622	1.132	43.168	93.922	111.049
Total	102.773	49.622	1.132	43.168	93.922	196.695

11. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a..

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2025.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 6,33% a.a. a 7,17% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 4,50% a.a. a 4,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 3,21% a.a. a 3,31% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	30/06/2020				Total	Total
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses		
Repasses do País – BNDES	241	3.392	3.633	6.742	10.375	
Repasses do País – FINAME	9.662	62.728	72.390	174.538	246.928	
Total	9.903	66.120	76.023	181.280	257.303	

11. Obrigações por empréstimos e repasses--Continuação

	31/12/2019				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – FINAME	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824
Total	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824

12. Dívida Subordinada

	30/06/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	1.027	60.000	61.027
Total	1.027	60.000	61.027

	31/12/2019		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	1.578	60.000	61.578
Total	1.578	60.000	61.578

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 9 de julho de 2019 houve o pagamento de juros acumulados no montante de R\$44.032, e em 06 de janeiro de 2020 o montante de R\$1.610. Não há intenção de recompra ou resgate deste instrumento antes do seu vencimento.

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas--Continuação

Natureza	30/06/2020					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Cível						
Indenizatória	-	-	1	1	-	-
Execução	-	-	-	-	15	1
Trabalhista	528	4	589	2	112	9
Total	528	4	590	3	127	10

Natureza	31/12/2019					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Cível						
Indenizatória	3	1	1	1	-	-
Execução	-	-	-	-	15	1
Trabalhista	424	4	480	1	87	7
Total	427	5	481	2	102	8

	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo
Depósitos judiciais (Nota 8)	-	127	-	102
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	528	3	424

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	427	306
Constituição de provisão	101	121
Saldo final	528	427

14. Outros passivos

	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores e outros credores diversos	215	171
Salários e encargos	825	721
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	536
Fiscais e previdenciárias (a)	3.147	4.734
Sociais e estatutárias	338	2.308
Outras obrigações diversas (b)	464	49
Total	4.989	8.519
Circulante	4.689	8.519
Exigível a longo prazo	300	-

(a) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.684	4.169
Impostos e contribuições a recolher	463	565
Total	3.147	4.734

(b) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

15. Resultado de exercícios futuros

	30/06/2020	31/12/2019
Comissão por financiamento	2.017	1.306
Total	2.017	1.306

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compro (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$135.000 (R\$75.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

16. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

	30/06/2020	31/12/2019
Ordinárias	68.949.435	39.823.221
Preferenciais	68.949.435	39.823.221
Total	137.898.870	79.646.442

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 15 de maio de 2020, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.910, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2020, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2019.

No 1º semestre de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do semestre/exercício	1.910	578
Dividendos complementares provisionados	-	1.732
Dividendos provisionados	-	1.910
Pagamentos realizados no semestre/exercício	(1.910)	(2.310)
Saldo atual no semestre/exercício	-	1.910

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2020.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2020 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. Em 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.102	8.020
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (I)	(2.664)	(3.208)
Adições permanentes	(32)	(4)
Exclusões permanentes	94	45
Outros ajustes (II)	888	12
Total	(1.714)	(3.155)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(3.093)	(2.954)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(4)	(2)
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.383	(199)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.714)	(3.155)
Alíquota efetiva	28%	39%

(I) A alíquota da contribuição social foi reduzida para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. A partir de março de 2020 a alíquota foi majorada para 20%.

(II) Do montante de R\$888 de outros ajustes em 30 de junho de 2020, R\$332 refere-se a ganho conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Adições temporárias				
PCLD	3.452	3.992	(3.366)	4.078
Receitas diferidas	522	3.631	(3.245)	908
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	152	-	152
Provisão para riscos trabalhistas	170	68	-	238
Outros	102	151	(1)	252
Ativo fiscal diferido	4.246	7.994	(6.612)	5.628
Circulante				1.909
Realizável a longo prazo				3.719
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	11	1	-	12

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação dos créditos tributários--Continuação

	Saldo em 01/01/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Adições temporárias				
PCLD	3.336	4.956	(4.840)	3.452
Receitas diferidas	456	7.051	(6.985)	522
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	222	(222)	-
Provisão para riscos trabalhistas	121	49	-	170
Outros	5	147	(50)	102
Ativo fiscal diferido	3.918	12.425	(12.097)	4.246
Circulante				526
Realizável a longo prazo				3.720
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	17	-	(6)	11

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	30/06/2020	31/12/2019
2020	1.063	526
2021	1.391	1.883
2022	3.170	1.837
2023	3	-
Mais de 5 anos	1	-
Total	5.628	4.246

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 3,02% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$5.323 (R\$3.770 em 31 de dezembro de 2019 à taxa de 5,32% a.a.).

18. Outras despesas administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de processamento de dados	1.189	1.051
Despesas de serviços técnicos especializados	956	776
Participação dos empregados	338	377
Despesas de contribuições filantrópicas	183	4
Despesas de serviços do sistema financeiro	180	151
Despesas de aluguéis	82	82
Despesas de viagens no país	64	115
Despesas de comunicação	61	63
Despesas de publicações	55	38
Outras despesas administrativas	173	183
Total	3.281	2.840

19. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo						Passivo					
	Outros créditos						Credores diversos	Dívida Subordinada (Nota 12)		Bônus por financiamento (*)		
	Diversos (Nota 7.a)		Provisão (Nota 7.b)		Depósitos a prazo			30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019		
Randon S.A. Implementos e Participações	-	1.112	-	(5)	(5.890)	(64.749)	(29)	-	(61.027)	(61.578)	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	(27.412)	(10.939)	-	-	-	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.017)	(1.306)
Pessoas físicas	-	-	-	-	(1.484)	(1.605)	-	-	-	-	-	-
Total	-	1.112	-	(5)	(34.786)	(77.293)	(29)	-	(61.027)	(61.578)	(2.017)	(1.306)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan) e CDC (Nota 15).

19. Transações com partes relacionadas--Continuação
a) Transações e saldos--Continuação

	Despesa						Resultado		Receita					
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Rendas de operações de crédito		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Randon S.A.														
Implementos e Participações Randon	(733)	(2.614)	(1.058)	(3.114)	(461)	(522)	-	-	52	52	1	-	5	-
Administradora de Consórcios Ltda.	(289)	-	-	-	(267)	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	3	4	-	-	-	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-	-	-
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
Castertech	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dramd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações e Administração Ltda.	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	7.371	8.399	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas	(29)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.051)	(2.628)	(1.058)	(3.114)	(732)	(604)	7.371	8.399	74	67	1	-	5	-

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$819 (R\$847 em 30 de junho de 2019), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 30 de junho de 2020 são representados por R\$100 (R\$96 em 30 de junho de 2019) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 23.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

20. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

21. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

21. Limite operacional (Acordo da Basileia)--Continuação

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	231.766	151.181
Nível I (NI)	195.150	114.234
Capital Principal (CP)	195.150	114.234
Capital social	165.000	105.000
Reservas de capital	10.873	10.654
Lucros acumulados	21.013	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	164	166
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(1.900)	(1.586)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	36.616	36.947
Dívida subordinada	36.616	36.947
Ativos ponderados pelo risco	1.110.611	1.006.606
Risco de crédito	757.352	666.684
Risco de mercado	10.638	12.650
Risco operacional	342.621	327.272
Risco de taxa de juros da carteira bancária	3.353	2.590
Margem de capital (*)	142.917	70.652
Índice de Basileia	20,87%	15,02%
Capital Nível I	17,57%	11,35%
Capital Principal	17,57%	11,35%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

22. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nos 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As tabelas aplicáveis ao Banco Randon do Relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

22. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital-- Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Banco são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou essa variável em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

23. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2019 e foi realizada por atuários independentes. Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 não houve mudança no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial. As contribuições efetuadas no período montaram R\$123 (R\$114 em 30 de junho de 2019). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 30 de junho de 2020 é de R\$83 (R\$36 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica de "Outras obrigações – diversas".

24. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$10.540 para danos materiais (R\$10.540 em 31 de dezembro de 2019).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Jaime Marchet

Diretor Comercial: Augusto Giongo Letti

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1